

SESSÕES DO PLENÁRIO

35ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 5 de setembro de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELINO GALO (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em homenagem ao Dia da Dança, proposta por mim. Bom dia a todos e a todas!

Convido para compor a Mesa o Sr. Leo Di Ledy, coordenador de dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia, que neste ato representa o governador do estado; a Sr.^a Djenane Santos, coordenadora de Execução de Programas, Projetos e Ações da Secretaria de Educação do Estado, que neste ato representa a secretária da Educação do Estado da Bahia; a Sr.^a Cristina Castro, diretora e curadora artística do Vivadança Festival Internacional, premiada pela Unesco com o *Prize for the Promotion of the Arts*; a Sr.^a Cynara Gomes, defensora pública, que neste ato representa a defensora pública geral do estado da Bahia, Dr.^a Firmiane; o Sr. Elísio Pitta e Silva, diretor artístico e fundador do Balé do Recôncavo; o Sr. Ananias Break, artista, arte-educador, coreógrafo e dançarino; a Sr.^a Thina Reis, agente cultural, produtora, integrante do Independente de Rua Hip Hop, idealizadora do Se Liga Mina. (Palmas)

Vamos ouvir o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Cumprimento todas e todos os presentes nesta sessão. Neste momento farei o meu discurso.

O Sr. MARCELINO GALO: Esta sessão é a conclusão de um ciclo de eventos que temos nesta Assembleia. É uma mostra de danças feita durante 2 dias, nos quais se enche esta Casa de dançarinos e de dançarinas com principalmente aquilo que vem sendo feito e praticado dentro das escolas públicas, das escolas tradicionais de dança, de balé, do nosso estado, justamente com o objetivo de ocupar este espaço de construção de leis, de marcos legais, de debates, de pressão sobre formulação de políticas públicas.

Essa mostra veio no sentido de ocupar esta Casa de forma diferente, enchê-la de alegria e de vida. Isso é um ato político no sentido de chamar a atenção para que a dança é feita por pessoas, por homens e por mulheres que vivem. A gente entende que a cultura é uma atividade também econômica, que precisa de incentivos. Ela gera muitos empregos no nosso país. Se não houver incentivos público fica muito difícil praticar a cultura.

Então esta Casa tem uma responsabilidade muito grande nesse sentido. Isso já vem sendo feito durante 11 anos, o tempo passa rápido, já temos 11 anos praticando esse debate, essa forma de celebrar. Isso merece ser celebrado, mas também cobrado.

Vejam bem, houve um debate sobre essa realização justamente por estarmos neste período de eleições, que é período crucial, fundamental, para a sociedade. Neste momento nós sabemos que os diversos segmentos também estão mobilizados no sentido de garantirem as suas representações, então este também é o momento de se mobilizar, de pressionar, de se cobrar compromissos, pois deveriam fazer como nós estamos fazendo, colocar na agenda para que todos aqueles que estão se propondo a representar a sociedade terem a oportunidade de debater essa questão. Por isso se resolveu fazer esta sessão. No ano passado, nós estávamos sem mandato, mesmo assim realizamos uma sessão na Câmara de Vereadores sob o comando da vereadora Marta Rodrigues. Então não se deixou de fazer isso.

Hoje aqui nós estamos concluindo a *11ª Semana da Dança na Bahia*, foi uma festa nesta Casa com as escolas, com várias etapas. Aqui tinha jovens, tinha idosos, tinha todo mundo que faz dança. Foi também um festival intergeracional, porque dançar, como sempre, não é coisa só da juventude. Nós os velhinhos merecemos e precisamos dançar também.

Então, depois dessa festa aqui a gente vai discutir as políticas públicas praticadas: como elas estão, a necessidade que temos de avançar, de consolidar isso, de fazer novas conquistas no nosso estado e de também apresentar isso justamente àqueles representantes das instituições que, no estado, cuidam da dança. Esse é o nosso objetivo e vamos aqui iniciá-lo.

Mas, antes de iniciar as falas daqueles que estão fazendo isso no dia a dia –

enfrentando essa que é uma parada dura, nós sabemos, mas a fazem com muita determinação e a fazem com amor – quero registrar as presenças do Sr. Márcio Meirelles diretor artístico do Teatro Vila Velha e ex-secretário estadual de Cultura, nosso querido companheiro. (Palmas)

Ele está de parabéns, ontem foi um dia muito importante para a vida de todos nós, pela referência que é o Teatro Vila Velha. Falar do Teatro Vila Velha é falar da resistência, das lutas pelas liberdades, pela democracia neste país. Então o Márcio Meirelles tem um papel fundamental nessa resiliência de permanência desse teatro. Um dos grandes objetivos dele era fazer essa reestruturação, essa renovação e o teatro agora está muito bonito e Márcio está muito feliz. Parabéns, Márcio.

Quero registrar também as presenças do Sr. Procópio José de Souza, empresário e grande incentivador da cultura; do Sr. Agnaldo Fonseca, coordenador do departamento de dança do bloco afro Malê Debalê, muito obrigado pela presença; do Sr. Ivaldino Júnior, diretor técnico do Balé do Recôncavo, Cachoeira-BA; da Sr.^a Iana Carriço, professora da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Então, vamos abrir este debate com ela que tem uma vida dedicada a esta produção, a esta prática, e que muito contribuiu para o seu desenvolvimento. Ela tem um legado, tem um histórico de vida na dança em nosso estado, a nossa querida Cristina Castro.

Então, fique à vontade para ocupar a tribuna.

A Sr.^a CRISTINA CASTRO: Bom dia a todos e a todas.

Eu preparei aqui um textinho para eu não me perder e também para ser rápida com meu tempo.

(Lê) “Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite ao deputado Marcelino Galo e a Bete Wagner – aqui presente – para participar da *11ª Semana da Dança na Bahia* e também gostaria de parabenizá-los pelo evento tão importante, tão significativo e fundamental para o desenvolvimento dessa linguagem aqui na Bahia. Quero dizer que é uma alegria também compor essa Mesa juntamente com meus colegas de dança, que admiro tanto, e com todas as autoridades presentes.

Tenho a dança em minha vida profissional há mais de 4 décadas e ao longo dessa trajetória eu tive a oportunidade de trabalhar em vários espaços culturais e em diversas equipes com artistas, educadores e gestores que atuam nas Artes Cênicas.

É um prazer estar aqui hoje e trago especialmente dois temas que considero fundamentais para o futuro da dança.” Precisamos de muitas ações, mas hoje eu dedico minha atenção e o meu discurso a estes dois pontos que eu considero fundamentais para o desenvolvimento: (lê) “a importância das políticas públicas voltadas para a criação de conteúdos artísticos destinados à infância e à juventude; e o incentivo a residências artísticas, tanto nacionais quanto internacionais.

Esses dois pilares não só promovem a cultura, mas também constroem uma base sólida para o futuro das nossas novas gerações.

Sabemos que a arte tem um papel crucial na formação cultural, identitária e social dos indivíduos, especialmente quando falamos das crianças e dos jovens. É vital que elas cresçam conectados a sua herança, que se reconheçam nas danças, nas histórias, nas músicas e nas artes visuais que compõem o seu cotidiano.

Quando investimos em políticas públicas que incentivam a produção de conteúdos artísticos voltadas para esse público, estamos garantindo que eles tenham acesso a uma educação cultural rica, diversa e inclusiva e estamos também estimulando as suas criatividade e expressões. A arte em todas as suas formas é um meio poderoso para o desenvolvimento da sua capacidade de imaginar, de criar e de expressar sentimentos e ideias.

Na fase da infância e da juventude, quando a curiosidade e a imaginação estão em seu auge, a exposição a conteúdos artísticos permite diferentes maneiras de ver o mundo. Ao dançar, elas aprendem a transformar suas emoções e pensamentos em formas tangíveis, o que é essencial para o desenvolvimento cognitivo e emocional.

A criatividade não é apenas uma habilidade artística, é uma competência importante para a vida. Ao incentivar a criatividade através da arte, estamos preparando os jovens para enfrentarem desafios de maneira inovadora e para se adaptarem a um mundo em constante mudança, especialmente a este mundo pós-pandêmico em que a gente está vivendo.

Além disso, a arte oferece um espaço seguro para que os jovens expressem suas identidades e se conectem com os outros, promovendo a empatia e o entendimento mútuo.

Desenvolver políticas públicas que incentivem a criação de conteúdos artísticos para a infância e juventude é investir na formação de indivíduos mais criativos, expressivos e capazes de contribuir positivamente para a sociedade.

Infelizmente ainda enfrentamos grandes desafios nesse sentido, com pouco ou mesmo nenhum acesso a oportunidades artísticas básicas. É aqui que as políticas públicas entram como um instrumento de justiça social, democratizando o acesso à arte e garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e representadas.

Além de formar identidades e promover o acesso igualitário, investir em conteúdos artísticos para a infância e juventude é um passo essencial para o fortalecimento do setor cultural.

Em um cenário no qual a arte é frequentemente subvalorizada, especialmente a destinada à infância e juventude, é vital que as políticas públicas reconheçam e apoiem esses profissionais, garantindo a continuidade e a inovação no setor.

Esses artistas e grupos desempenham um papel único e insubstituível. Eles criam obras que são não apenas educativas e formativas, mas também que capturam a imaginação e os sonhos das novas gerações. Sem o apoio adequado, muitos desses grupos enfrentam desafios significativos, como a falta de recursos, de visibilidade e de espaços para apresentar suas obras.

Programas de incentivo e de parcerias com teatros, escolas, espaços e instituições culturais são exemplos de como o governo pode atuar para assegurar que esses profissionais tenham as condições necessárias para continuar desenvolvendo seu trabalho, gerando, através delas, oportunidades de emprego e fortalecendo a economia criativa, contribuindo para a sustentabilidade do setor como um todo.

É importante lembrar que o trabalho desses artistas não apenas entretém, mas também educa, forma valores e inspira. Eles são os responsáveis por levar a arte às crianças e aos jovens de maneira acessível e significativa, criando um impacto duradouro na vida dos que têm acesso a essas produções. Assim, ao apoiarmos esses grupos, estamos também garantindo que as futuras gerações tenham acesso contínuo a experiências artísticas de qualidade que possam moldar positivamente sua visão de mundo e seu desenvolvimento pessoal.

O segundo tema que trago diz respeito à importância de políticas públicas voltadas para o incentivo a residências artísticas em dança, tanto nacionais quanto internacionais, aqui na Bahia. As residências artísticas oferecem uma oportunidade única para a criação, a pesquisa e o intercâmbio de ideias. Elas permitem que artistas de diferentes partes do Brasil e do mundo venham para a Bahia, trazendo suas perspectivas, aprendam com nossa cultura e, ao mesmo tempo, contribuam para o nosso cenário artístico local. Esse intercâmbio é fundamental para a renovação da arte e para a internacionalização da nossa cultura.

Para isso, se faz necessário a implantação de políticas específicas que contemplem o custeio dessas residências, garantindo que os artistas tenham o apoio necessário para desenvolverem seus projetos. Essas políticas não só enriquecem a cena artística local, atraindo artistas e pesquisadores de todo o mundo para a Bahia, mas, sobretudo, promovem encontros únicos, criativos, que estimulam a escuta, a adaptação às diferenças e geram um impacto econômico significativo, ao mesmo tempo em que fortalecem a imagem da Bahia como um polo cultural e artístico de relevância internacional. Elas também possuem um enorme potencial para a inclusão social e para o desenvolvimento comunitário.

Quando um artista se instala em uma comunidade para uma residência, ele interage com a população local, envolvendo-a em processos criativos e colaborativos. Isso pode resultar em projetos que utilizam a arte como uma ferramenta de transformação social, promovendo a integração e o diálogo entre diferentes grupos. Muito mais do que oportunidades de criação e experimentação, as residências são, sobretudo, espaços de encontro, escuta e adaptação às diferenças culturais.

Em um mundo cada vez mais globalizado, a capacidade de entender e de respeitar culturas diversas é fundamental, e as residências artísticas desempenham um papel importante nesse processo. Quando um artista se engaja em uma residência, ele é colocado em um ambiente novo, muitas vezes distante de sua zona de conforto cultural. Isso exige uma abertura para o desconhecido, uma disposição para escutar e aprender com o outro. Essa experiência não só amplia o horizonte cultural dos artistas, mas também o enriquece pessoal e profissionalmente.

Ao interagir com artistas e comunidades locais, o residente é desafiado a repensar suas próprias práticas, a se adaptar a novas realidades e a incorporar essas influências em seu trabalho. Essa escuta ativa e a adaptação às diferenças culturais transformam as residências em verdadeiras fontes de conhecimento. Elas proporcionam aos artistas a oportunidade de aprender com tradições, técnicas e perspectivas que são distintas das suas. Esse intercâmbio de saberes não é uma via de mão única, é uma via de mão dupla, ele enriquece tanto o residente quanto a comunidade anfitriã.

Na Bahia, onde as influências africanas, europeias e indígenas se entrelaçam de maneira única, as residências artísticas têm um potencial ainda maior. Elas podem se tornar um ponto de encontro para artistas de todo o mundo que desejam investigar e colaborar com essa herança cultural diversa.

É essencial que o Governo do Estado da Bahia, em parceria com as prefeituras e instituições culturais, desenvolva um plano estratégico para a implementação dessas políticas públicas. Esse plano deve incluir a criação e parcerias com espaços dedicados às residências artísticas, alocação de recursos específicos no Orçamento estadual e a busca por parcerias com o setor privado e organizações internacionais.

Por fim, a combinação dessas duas frentes, o desenvolvimento de conteúdos artísticos voltados para a infância e a juventude e o incentivo às residências artísticas, podem transformar a Bahia em um verdadeiro celeiro de cultura e inovação, capaz de formar cidadãos mais conscientes, criativos e engajados, ao mesmo tempo em que fortalece o setor cultural e promove o desenvolvimento econômico e social do nosso estado.

Precisamos unir forças para garantir que essas políticas públicas se tornem realidade, para que nossas crianças e jovens possam crescer imersos em uma cultura rica e vibrante e para que a Bahia se consolide como um centro de referência para a dança e para outras expressões artísticas, atraindo talentos do Brasil e do mundo.

Muito obrigada.” (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Obrigado, Cristina.
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Agora vamos passar a palavra para que a gente possa ouvir o nosso Ananias Break, que é arte-educador, coreógrafo e dançarino.
(Palmas)

O Sr. ANANIAS BREAK: Bom dia a todos! Como a gente fala no hip-hop: “máximo respeito” a todos! Salve à Mesa! Salve a todos e a todas.

De antemão falando, eu, Ananias Break, venho da cultura hip-hop. No dia 27 passado, nesta Casa, aconteceu uma audiência pública provocada pela Ouvidoria da Defensoria Pública em parceria com a Construção Nacional do Hip-Hop - Seção Bahia para falar sobre políticas e medidas de proteção à cultura hip-hop no estado da Bahia. Esse é um dos pontos, porque é o meio de onde eu venho.

A cultura hip-hop tem quatro elementos culturais que são: o rap, o break, o grafite e o DJ. No break, está a dança, motivo pelo qual eu estou aqui, e agradeço a Marcelino Galo e a Bete Wagner, pois eu já estive aqui, nessas comemorações da dança, não só desta vez. Eu já estive dançando, eu já estive participando, eu já estive em diversas outras atividades. (Palmas)

E é um ponto importante esse encontro estar acontecendo por vários anos, porque isso representa a dança, e em cada momento surge um debate, uma ação diferente para o nosso cenário da dança.

Mas, o mais importante aqui, como eu sou cultura hip-hop, eu vou falar de políticas, eu vou falar de movimentos. Então, existe também nesta Casa uma proposta de indicação, a Indicação nº 26.982/2023, de Fabíola Mansur, que é para a criação de um projeto de lei para a cultura hip-hop. E eu não posso perder este momento e deixar de falar que vocês deem uma olhada nesse projeto e o aprovem porque é um projeto da cultura hip-hop, um movimento que fala de educação e de cultura.

O hip-hop está em todas as comunidades antes até das políticas públicas do Estado. A gente está lá, a gente faz, a gente educa, a gente representa, isso é a cultura hip-hop, ela me levou a esse cenário aqui da dança. Eu vim do Sesc, da Escola de Dança da Funceb, que me deu um suporte para eu estar hoje falando sobre dança e entendendo dança, não só o break.

Dentro disso, levou-me também ao colegiado de dança do estado da Bahia em 2013, foi o primeiro mandato, e, posteriormente, em um segundo mandato, em que foram pleiteados os planos setoriais para a dança, para as artes em geral, mas, no caso, eu estou falando de dança.

Isso foi encaminhado para a Secult, aprovado em lei pela secretaria de Cultura para ser enviado para este Plenário, para esta Casa. Eu não sei se foi enviado, esse plano seria de 10 anos, de 2016 até 2026. O cenário da dança, o cenário das artes quer saber como é que está esse processo, para onde foi, se foi aprovado.

Porque isso são políticas públicas para as artes, e a gente precisa disso, a gente precisa desses planos setoriais para as artes aprovados, principalmente para a dança. Porque nós temos um processo de dança no estado da Bahia em que não só a Escola de Dança da Funceb abarca o estado.

Nós estamos falando de dança, nós temos que pensar nessas ações de companhias, de espaços culturais para as artes, principalmente para dança, porque a dança educa e transforma. Existem diversos grupos e companhias que estão aí fazendo um trabalho que pode ser reconhecido pelo estado e está fomentando esses espaços para a dança.

Isso não acontece só em Salvador. Enquanto hip-hop, a gente viaja por toda a Bahia, existe o Festival de Dança do Sudoeste da Bahia, que é um festival pulsante que fala e mexe não só com o Sudoeste, mas com todos os espaços de dança que acontecem

no nosso estado. E isso tem que ser potencializado porque nós temos uma cadeia produtiva da dança que vem sofrendo porque não temos subsídios para o cenário da dança, principalmente para a cultura hip-hop, porque ela é dança também.

A gente fala em cadeia produtiva porque não é só o dançarino, isso gera toda uma produção, toda uma cadeia, e a gente tem que pensar nisso. O estado tem que pensar que não é só a Escola da Funceb e os seus núcleos, é para além disso, nós temos potência em toda a cidade.

Nós temos que pensar espaços culturais a longo prazo, isso é do que a gente precisa, porque sabemos que isto é complicado: temos bairros populosos, e em cada bairro desse pode ter um espaço cultural para gerar trabalho para esses profissionais da dança, porque nós temos uma cadeia com um campo de trabalho sazonal, nós temos Carnaval, São João. E se você dá a sorte de entrar em uma banda ou em algum meio ou de estar nas escolas de dança, isso não é ruim, mas tendo uma carga horária que não mantém toda uma cadeia de produção, concepção, entendimento e pesquisa.

Não é só o fomento de apresentar, mas toda uma cadeia, junto com o meio educacional, porque a dança transforma. Dentro das escolas, o Projeto Hip Hop está para isso. Temos um projeto que está nesta Casa que é o Projeto Hip Hop nas Escolas. A gente está, lá, nas escolas. O hip-hop transforma. Essa manifestação artística é considerada, hoje, no mundo, uma das danças mais contemporâneas, porque a gente não precisa de muita coisa. A gente vai lá e faz. A gente fala de igual para igual.

E é essa a dança que a gente faz. É essa a dança que a gente quer ver reverberando de muitos fazedores da dança, até mesmo para os que já estão aí reconhecer mestres que estão no cenário, que podem ser multiplicadores, que já são mais reconhecidos pelo estado subsidiado, porque a gente sobrevive da dança.

Vejam, vocês podem pensar em uma pesquisa ou em um trabalho para vocês estarem R\$ 25, a hora/aula. Isso é complicado, porque vocês tiram R\$ 10 de transporte e ficam com R\$ 15.

Então, a gente tem de pensar nisso, pensar em outros subsídios que o estado possa gerar, que não é só edital. A gente pode pensar em edital, pois edital é uma política pública, mas nós não temos uma política permanente ou, no mínimo, durável, que seja para projetos de estudo e de ensino para as pessoas da dança e para as companhias de dança. Então, a gente tem de pensar para além disso, para fomentar.

Eu estou para provocar mesmo, porque o hip-hop é isso. Temos de aproveitar as presenças da Secult, do seu representante e das demais pessoas. Nós, profissionais da dança, e esta Casa, também.

Digo isso porque eu quero estar mais vezes aqui, porque os nossos projetos estão aí. E não é só o do hip-hop, é da dança. Eu estou falando da dança! Eu represento o elemento da dança na cultura do hip-hop.

Provoco, porque eu nasci para provocar mesmo. Isso é cultura hip-hop. Mas a gente tem uma cadeia que está sofrendo, aliás, não é só a dança. Vejam, a cultura, na Bahia, precisa ser olhada de uma nova perspectiva cultural, que não é só Carnaval, que não é só São João, melhor, não são, apenas, as festas populares.

Deve-se pensar em dança, pensar no fazedor da dança e no que a dança traz de benefícios para a cultura, para um ser como um profissional, como uma pessoa, como formação de pessoa. E a dança faz isso!

Eu agradeço por estar aqui.

Era isso o que eu tinha para falar.

Muito obrigado a todos! (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): O nosso máximo respeito ao hip-hop e ao professor Ananias Break, que muito bem expressou as necessidades de políticas para a proteção e desenvolvimento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Quero registrar as presenças de Catarina Laborda, gerente de Cultura do Sesi, da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) e Uiara Lopes, assessora da Sepromi. Muito obrigado pelas presenças.

Convido Elísio Pitta e Silva, diretor artístico e fundador do Balé do Recôncavo. (Palmas)

O Sr. ELÍSIO PITTA E SILVA: Bom dia!

É uma honra estar, hoje, representando este segmento da dança. Fiquei muito lisonjeado pelo convite desta Casa para trazer as nossas opiniões e reivindicar, principalmente, a criação e a elaboração de políticas públicas para a dança. Atualmente, eu estou diretor do Balé do Recôncavo, sediado em Cachoeira, recém-fundado por mim e por outros companheiros. Sou o cofundador disso.

A gente iniciou um trabalho, assim, pioneiro na região. É uma companhia de dança, talvez, a primeira municipal do estado da Bahia. E, naquela área do Recôncavo Baiano, a gente veio para somar, principalmente, implementar, naquela área, essas atividades em relação à dança, à profissionalização de jovens na área da dança e, também, à inserção deles no mercado de trabalho.

Voltando ao tema das políticas públicas para a dança, eu gostaria de apresentar um texto acerca do assunto.

(Lê) “Nos dias atuais, a cultura desempenha diferentes papéis na sociedade. Ela pode ser vista por diferentes perspectivas e considerada em diferentes dimensões: simbólica, política e econômica.

Durante muito tempo, quando se falava em ‘cultura’, normalmente, estava se referindo à esfera das artes e do patrimônio. Com o passar do tempo, o conceito de cultura foi sendo ampliado e incorporado aos outros segmentos para além dos tradicionais.

Numa perspectiva ampla e inclusiva, o texto-base da 2ª Conferência Nacional de Cultura enxerga, na cultura humana, ‘o conjunto de modos de viver, que variam de tal forma que só é possível falar em culturas no plural’. Pensar em ‘culturas no plural’ implica em reconhecer a diversidade das manifestações e valorizar os diversos sotaques, valores, crenças, festas, práticas que caracterizam os diferentes grupos que constituem a Bahia e o Brasil.

Pensar na dimensão política da cultura significa considerar, na Constituição Brasileira, de 1988, o ‘Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais...(...)’.

Com isso, a Constituição faz duas afirmações que merecem destaque. Em primeiro lugar, ver, na cultura, um direito; e, em segundo lugar, postular a legitimidade das intervenções do Estado no campo da cultura. Sendo assim, a ideia de cultura como direito deve formar a base para políticas públicas de cultura no nosso país.

O papel econômico da cultura é estratégico. Isso é inegável. Assim, fica claro quando pensamos nos grandes lucros obtidos com a comercialização de bens simbólicos produzidos pelas indústrias culturais como espetáculos de dança, livros, filmes, música, vídeos, incluindo aqueles que resultam das mais recentes tecnologias digitais como aplicativos para celulares.

Vejam, de acordo com o plano, na Secretaria da Economia Criativa, do Ministério da Cultura, a economia criativa compreende as dinâmicas dos ciclos de criação, produção, distribuição, consumo e fruição de bens e serviços criativos. Esses oriundos dos setores, cujas atividades produtivas têm, como processo principal, um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção e riqueza cultural, econômica e social. São dados do Minc, de 2012.

Nesse contexto, os setores criativos não se restringem, apenas, às artes e ao patrimônio, contemplando, também, outros segmentos como gastronomia, moda, design e etc.

Há outro papel ao lado do econômico que a cultura tem desempenhado, recorrentemente nos dias atuais, como o de funcionar como instrumento privilegiado para viabilizar a inclusão social.

Os programas de ações sustentadas, em práticas artísticas ou culturais, são implementados por organizações da sociedade civil e por governos para que parcelas da população encontrem um sentido para suas vidas.

A cultura tem sido fundamental para a governabilidade e para a promoção da coesão social, uma vez que os governos não têm conseguido controlar as contradições sociais por medidas políticas e/ou econômicas. Desse modo, financiadores e instituições culturais correm atrás da utilidade da cultura entendida como investimento social ou no social.

Sobre a política cultural para a dança, ela é um conjunto, mais ou menos, coerente de princípios – conceitos e diretrizes –, de objetivos – aonde se quer chegar –, de estratégias – como alcançar os objetivos projetados –, os meios necessários e as ações a serem realizadas – programas e projetos concretos –. É importante frisar que deve haver uma lógica entre as partes do conjunto. É essa lógica que dá sentido a uma política cultural.

Qual a função das políticas culturais? Em primeiro lugar, desenvolver o setor cultural, ou seja, fortalecer a produção, a difusão e o consumo cultural, corrigir distorções, resolver os problemas detectados no diagnóstico. Afinal, um diagnóstico deveria sempre anteceder à definição de objetivos, uma vez que somente conhecendo os problemas e as necessidades existentes pode-se definir metas.

A cultura é, portanto, a finalidade última das políticas culturais.

O autor Néstor Garcia Canclini afirma que as políticas culturais devem ‘obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social’ e que tem, como função maior, satisfazer as necessidades da população. Isso é de grande importância em um regime democrático, mas nos levam a uma questão complicada, qual seja, quem define as necessidades da população?

Quando falamos em política cultural, não estamos nos referindo, apenas, a uma relação administrativa organizada e centralizada por parte do governo sobre cultura, mas,

sim, como situa Eduardo Nivón Bolán ao *‘interesse e a tensão existentes entre o poder político e o campo da cultura e da arte’* (BOLÁN, 2006, p. 54)’

A política cultural resulta das disputas e do jogo político no âmbito da cultura. As definições do ‘que’, ‘quem’, ‘como’ e ‘para que’ de uma política cultural dependem das estruturas de poder e das relações sociais que vigoram em determinado momento em um espaço específico, seja município, seja estado, seja uma nação.

E, finalizando, deixo um pensamento sobre política cultural. ‘Toda reflexão sobre política cultural se refere, em última instância, ao exercício do poder e à tomada de decisões do Estado ou dos agentes sociais.’

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Muito obrigado ao fundador do Balé do Recôncavo, o nosso companheiro Elísio Pitta e Silva, não só pelas suas palavras, mas também pela criação deste balé.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Agora nós vamos passar a palavra para Thina Reis. Thina é integrante do Independente de Rua e do Se Liga Mina Hip Hop. (Palmas)

A Sr.^a THINA REIS: Bom dia a todos, a todas e a “todes”! Primeiro, quero agradecer a Marcelino Galo e a Bete Wagner pelo convite.

(Lê) “Sou Thina Reis, agente cultural, militante e ativista do movimento hip-hop. Venho de vários projetos da comunidade, represento a comunidade e sou fruto da comunidade. Ao desenvolver ações, enfrentamos vários desafios para realizar e manter trabalhos sociais nas comunidades. Sabemos que temos direito à educação, cultura e arte. Sou exemplo de projetos sociais nos bairros, a exemplo do grupo de dança Dragon Dance – acho que vocês nunca ouviram falar –, que em 1995, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, incentivou vários jovens a praticarem da dança de rua, sem um apoio, sem um local, sem estrutura nenhuma. Logo após as feirinhas se fecharem, a gente usava aquele espaço ao ar livre.

Vim também de projetos que trabalham e trabalhavam com a dança, como: Cidade-Mãe, em Coutos; Apae; Sesc; e a própria cultura hip-hop, além de vários outros projetos também, como Rede Aiyê. Há inúmeros. Hoje danço, organizo e produzo dança.”

Quero passar aqui que a dança nos transforma e faz com que ocupemos espaços como este. Por isso, eu estou aqui, por um pequeno projeto na comunidade, por uma pequena ação na comunidade, em 1995, (palmas) quando se fazia dança sem saber que era dança, quando se dançava dança de rua sem saber que era dança de rua, quando eu era b-girl sem saber o que era uma b-girl, quando eu, mulher, dançando no meio da rua, era apontada: “Quem é essa menina maluca que está se batendo aí?” Então, precisamos de projetos. Projetos que não precisam ser grandes, mas que funcionem. Projeto de dança, porque dança transforma.

(Lê) “O que queremos são políticas públicas para a dança e ampliar as oportunidades para todos; criar espaços para a dança, arte e cultura nos bairros, nas comunidades, que possam ser pontos específicos e que tenham manutenção, equipamentos e, principalmente, estrutura.”

A gente faz, sim, dança. Às vezes, a gente diz: “Ah, quando eu chegar aí eu danço.” Mas, para eu dançar aqui, eu tenho que cuidar do meu corpo, eu tenho que cuidar da minha mente, eu tenho que ter um espaço, eu tenho que ter estrutura para que eu não venha a me machucar, para que eu entenda o meu corpo.

(Lê) “Queremos inserir a categoria dança no MEI – com a reforma no MEI, ela foi retirada, só tem agora ensino de arte, mas não dança –; ampliar espaços de formação para dançarinos, dançarinas e profissionais da dança; fomentar atividades socioeducativas, inserindo profissionais da dança, e da danças de rua; reconhecer e contratar profissionais da dança com trajetórias artísticas, porque muitos não são formados, mais trazem experiência artística, a vivência, assim como nas demais categorias do hip-hop e várias outras.”

Sabemos que há vários profissionais que atuam em suas comunidades, nos seus bairros, a sociedade em si faz com que a dança preencha esse espaço, como teve aqui esse festival. Então, precisamos pensar de modo estratégico sobre como podemos dar essa continuidade na formação de crianças, em dança, em cultura e em arte.

(Lê) “Queremos dar incentivos e criar estratégia de manutenção de grupos de dança nas comunidades; fomentar a produção da dança no estado. As políticas públicas para a dança e para a cultura são inúmeras e precisam ser discutidas e realizadas com a sociedade.

É preciso mapear o que a gente precisa e colocar em prática o que funciona com planejamento, organização e execução, porque nem tudo que está no papel a gente consegue colocar para funcionar.”

Thina Reis. (Palmas)

Obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Thina Reis, muito obrigado.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Então, agora nós vamos passar a palavra aos representantes institucionais, a começar por Djenane Santos, que neste ato representa a Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Djenane é filha de um dos maiores deputados que essa terra já teve, um dos precursores da luta do povo negro na Constituinte. As conquistas que houve à época foram muito importantes para o povo brasileiro e se devem ao deputado Luiz Alberto, que foi um grande lutador. (Palmas)

Desculpe falar do seu pai, porque agora a figura principal é você, mas você também é o resultado desse grande homem, grande lutador do povo brasileiro.

A Sr.^a DJENANE SANTOS: Bom dia a todos, a todas e a “todes.” Marcelino me emocionou agora, ouviu? Eu falei que eu não ia chorar, mas o povo de Oxum chora que só. (Risos)

É isso, gente, eu vim representando a Secretaria da Educação do Estado, em nome da secretária Rowenna Brito, mas eu estou em um lugar muito confortável para falar sobre dança, sobre arte e sobre cultura.

Para nós que viemos de bairros periféricos, sobretudo, das quadrilhas juninas – eu sou fruto de quadrilha junina e dancei por muitos anos –, vemos o quanto é importante esse investimento na valorização da arte nordestina, acima de tudo.

Estar hoje na secretaria, coordenando programas, projetos e ações da educação básica – principalmente projetos artísticos e culturais na rede –, só me engrandece enquanto sujeito em construção porque a gente compreende o papel transformador da educação. O companheiro de Cachoeira – desculpe eu ter me esquecido o seu nome – falou um pouco sobre cultura como direito e eu compreendo isso perfeitamente.

Na educação, nós tínhamos os projetos artísticos e culturais como adesão, a escola queria ou não queria. Ela se inscrevia e fazia ou não. Na gestão do governador Jerônimo Rodrigues, ele vem com uma proposta para educação muito interessante e importante é compreender a arte e a cultura como curricularização.

Então, todas as escolas da rede precisam ter acesso e garantir esse direito a todos, todas e “todes” os estudantes da rede do estado. A gente sai do papel de adesão e curriculariza para que todas as escolas garantam que a arte e a cultura estejam presentes no chão da escola.

Foram 2 dias muito ricos na Casa, nos quais eu chorei muito com a vereadora Marta. Quero parabenizar Galo por essa propositura na Casa porque muitos talvez não compreendam essa importância, mas quem vive na escola, sobretudo, na escola pública, sabe que parte delas está em bairros em que a gente está praticamente seduzindo alunos e alunas para permanecerem na escola e não irem para uma outra via.

Então, esse espaço garante a fala e a importância da arte dentro desses bairros e da rede estadual de ensino, porque a gente sabe que o nosso público tem cor. Quando a gente fala que tem cor é porque a gente sabe que durante anos ao nosso povo foi negado o direito ao acesso a uma arte de qualidade e a uma arte que era dita como periférica. Para mim, a palavra “periférico” no sentido positivo é quem vem, quem antecede, quem começa. Eu sempre olho por essa ótica.

Quando o colega traz o hip-hop, que é uma arte preta, é importante a gente falar sobre isso, porque a arte preta precisa estar dentro das escolas públicas para que isso garanta também a construção de identidade dos nossos alunos e, nesta Casa, nesses 2 dias, nós vimos uma arte clássica e também uma arte preta. Quando eu vi aqui as ações dos estudantes tocando música de candomblé, dançando com a dança de orixás, eu fiquei muito emocionada, porque é isso que se quer.

Nós trabalhamos nos 27 territórios de identidade, então temos diversidades culturais dentro do estado. Os projetos estruturantes garantem que se respeite cada cultura territorial. Ninguém é igual e nem queremos ser. Eu acho que partimos dessa perspectiva da diversidade e respeitar essa diversidade é muito importante.

Então, os projetos estruturantes, sobretudo, os projetos artísticos e culturais, fazem esse papel e o fazem muito bem. Lógico que sabemos que precisamos melhorar e ter mais escolas que qualifiquem essa pasta, mas é um processo que temos construído com a escola e com a comunidade. A secretária Rowenna tem uma ação fundamental – Escola Aberta – em que a família participa. Às vezes, levamos essas discussões para construirmos e para que a escola, a família e a comunidade compreendam que o lugar do aluno é dentro da escola, fazendo arte também.

Também é preciso entender que a arte é um projeto de vida. Eu preciso fazer com que esses alunos e alunas entendam que eles podem viver da arte, sim, por mais que a gente saiba que dificuldades existem. A gente sabe que é preciso melhorar os

investimentos, sim, enquanto políticas públicas, mas eu não posso usar o discurso negativo para que eles não alcancem esse lugar.

A gente sabe que, historicamente, muitos nomes brancos já alcançaram e não tem essa historinha de meritocracia, porque a gente sabe que isso não existe. É preciso investimento mesmo, é preciso que a gente invista e, acima de tudo, possibilite os espaços para que esses alunos e alunas façam a sua arte, seja arte de rua, seja uma arte clássica, seja uma arte afro, mas a gente precisa garantir esse lugar para eles.

Na Secretaria da Educação, ao final do ano, por termos todos esses projetos de dança, de pintura, teatro, corais, nós fazemos várias etapas: uma etapa escolar, uma etapa territorial e, na última etapa, que é a etapa estadual, nós trazemos praticamente 4 mil alunos para a Fonte Nova para mostrar essa arte, para que o mundo veja que nós somos potência e nós produzimos arte dentro da escola pública do estado.

Nós temos grandes alunos, grandes nomes. Convido vocês a participarem e a visitarem o encontro estudantil, porque vocês vão se surpreender. As pessoas não têm noção do quão lindo é esse momento de culminância, quando todos os territórios estão presentes mostrando o que produziram durante o ano. Como entendemos que é curricular, eles trabalham o ano inteiro, para, ao final do ano, mostrarem a grande produção dos trabalhos, que são diversos, não só de dança. Eu convido vocês a verem essa potência.

A Secretaria da Educação criou o Educa Mais Bahia e eu acho que é importante falar sobre isso. O Educa Mais Bahia traz uma perspectiva de qualificar a arte e a cultura dentro das escolas públicas com seus voluntários. A gente vem trazendo para dentro da escola hip-hop, capoeira, dança afro. A gente precisa mostrar isso, porque muitas pessoas não sabem.

Então, quando a gente fala de uma escola pública, hoje, não é só equipamento, não é só construção de prédio, a gente qualifica dentro da escola.

Então, eu convido vocês, se tiverem alguma dúvida, se quiserem saber mais sobre o que é feito dentro da escola com relação a arte, eu me coloco à disposição, em nome da secretaria, para que a Bahia veja essa construção coletiva, acima de tudo.

Este espaço aqui, para mim, é um espaço importante, Galo. Eu até provoquei a Bete. Falei: "Bete, vamos botar essa dança para a Concha Acústica." É o espaço que a gente precisa (palmas) para fazer com que as pessoas vejam isso; levar estudante, levar família para prestigiar os seus, pois a gente sabe o quanto é importante para uma família ver um filho ou uma filha vencendo pela arte. Gente, isso é muito rico, isso é muito rico!

Eu agradeço, em nome da secretária Rowenna Brito. Reforço, acho que é importante terminar a minha fala dizendo que isso tudo só acontece porque, hoje, Galo, nós temos um governador que diz: "Eu quero que vocês cuidem de gente, vocês precisam cuidar de gente", e a gente compreende isso ao pé da letra.

Quando, dentro da Secretaria da Educação, a gente faz uma ação para estudantes, a gente pensa num todo, num todo, desde a saída deles para vir aqui, para a ALBA. A gente pensa no transporte, a gente pensa no lanche, a gente pensa nos horários, a gente pensa em como curricularizar a ação dentro da sala de aula. Não é só trazer, sair para ver a dança, não, é fazer a dança e levar para a sala de aula. Como foi esse dia? Em que momento do currículo eu posso contemplar essa ação? Isso é importante que vocês saibam.

Eu convido vocês para, em dezembro, verem nossos 4 mil estudantes mostrando a arte linda que cada território traz e apresenta.

Muito obrigada. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Obrigado, Djenane.

Agradeço a você, agradeço à secretária Rowenna, porque foi o ano em que mais apoio nós tivemos. Era um estresse para a gente realizar essa mostra aqui e não ter apoio. Vocês fizeram a diferença, e vemos o resultado disso.

Agora, ir para a Concha Acústica é outra coisa. Esta Casa precisa de mais dança, precisa se encher de alegria, se encher de gente, e isso é uma luta política. A Concha Acústica já tem seus eventos, lá é o espaço da cultura, da arte, da dança; e aqui, não, aqui é essa coisa, e essa coisa precisa de vida.

Essa mostra tem esse objetivo, encher aqui de gente que vem do povo, que vem dos bairros pobres, vem dançar e vem mostrar a cultura. Aquela beleza que nós vimos lá, se não fizer isso vai perder o seu sentido.

A gente deveria criar outro lá na Concha e deixar isso aí, porque é preciso romper esse silêncio. O setembro silencioso não precisa continuar, é preciso vida, é preciso a primavera.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Então, agora, para a gente fechar, vamos ouvir o nosso representante do secretário estadual de Cultura, Leo Di Ledy, que neste ato representa o governo do estado da Bahia. (Palmas)

Antes de Leo falar, quero registrar a presença de Vini Brasil. Colocaram aqui: Sr. Cantor. Você é um senhor cantor. (Risos) Agora, não vou chamar você de senhor. Com a palavra o cantor e artista Vini Brasil. (Palmas) Isso é coisa da Ritinha, do Cerimonial.

O Sr. LEO DI LEDY: Bom dia a todas as pessoas presentes. Quero saudar a Mesa e, em especial, falar do quanto estou emocionado e feliz por fazer parte dessa Mesa com pessoas como Ananias, como Thina, como Elísio, como Cristina, pessoas que são da turma de frente da luta pela dança e pela construção de políticas públicas para a dança em nosso estado.

Eu sou Leo Di Ledy, sou do interior do estado, de uma cidade chamada Apuarema, com pouco mais de 6 mil habitantes. Sou artista dessa terra, de Apuarema. Comecei a atuar no campo da dança desde os 8 anos de idade, nos corredores de uma escola pública. Então, é importante a gente entender que desde a escola pública nós temos nossos colegas, as nossas crianças e adolescentes que sonham em viver da arte. Eu fui um desses alunos ousados que entendi que eu podia viver da arte. E a gente sabe que a gente que vive da dança, que vive da arte, a gente ainda não vive da forma que a gente sonha. E enquanto estamos nesses espaços de representação, a gente precisa lutar para que os próximos que forem chegando possam ter um local adequado para viver da arte e viver da dança, que é a nossa pauta principal aqui, nesta manhã.

Quero parabenizar o deputado por esta ação, pela sensibilidade. Seria importante que essa ação, deputado, continuasse nesta Casa para que nós pudéssemos também sensibilizar outros colegas deputados nessa oportunidade.

Eu fiz um roteiro de fala aqui, só que a fala de Thina me desestabiliza, porque eu me vi muito nesse lugar de a gente fazer dança num espaço que não é adequado. Nós

somos do interior, a gente costuma fazer muitas apresentações no mercado da feira e, aí, a gente mesmo é quem cuida dessa produção. Somos nós mesmos que operamos o som, que operamos a luz, que coreografamos e que ainda precisamos estar em cena. Então, enquanto você estava falando eu fiquei rememorando tudo isso.

Como disse, sou Leo Di Ledy, sou de Apuarema-BA, sou fruto de uma escola pública. Fui aluno da primeira turma de licenciatura em Dança da primeira universidade a receber um curso de artes no interior do estado, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Sou da primeira turma. Então, tem aí também um rastro e um processo de pioneirismo, de luta para que o curso pudesse se consolidar. Hoje, ele tem 15 anos, e isso também é fruto do governo do PT. É preciso a gente falar sobre isso. E tem 15 anos que esse curso foi implementado.

Eu fui da primeira turma e junto comigo mais 45 colegas de outras cidades do território Médio Rio das Contas formavam essa turma de artistas que estava, naquele momento, dando início a um curso de licenciatura em artes que a gente nem sabia se iria dar certo, mas a gente tinha muita vontade de fazer. Com as nossas experiências de fazer sem recursos e com muita luta, a gente conseguiu e o curso está lá, hoje.

Estive em Jequié no mês passado, dialogando com os alunos e artistas daquela terra e falando sobre a importância de a gente continuar lutando para que a dança tenha o seu espaço e seu lugar de protagonismo.

A gente fala de política pública para a dança, e no estado, desde que assumi a coordenação, isso é muito ancorado e respaldado no processo que começou com os coordenadores que me antecederam. E a gente da Coordenação de Dança tem lutado pela retomada dos colegiados setoriais.

A gente sabe que esse é um passo importante para reunir os artistas e fortalecer esse diálogo para que o plano setorial volte para a pauta e que ele seja atualizado, porque a gente sabe que tem questões que precisam ser ampliadas. Nós, da Coordenação de Dança, nos amparamos nessa minuta que foi construída, e Cristina Castro pode muito bem lembrar, porque ela foi uma das pessoas que participaram da elaboração dessa minuta. E isso ficou parado desde 2014, se não me engano, e a gente precisa retomar os colegiados.

Nós já estamos na pauta para que até dezembro a gente convoque a classe artística para lançarmos a retomada dos colegiados setoriais, pensando também na reelaboração e na atualização desse documento para que a gente tenha a segurança de que a dança vai continuar e de que a dança vai ocupar o lugar que ela, de fato, deve ocupar, que é o lugar de continuidade.

A gente vive o momento também da descontinuidade de alguns projetos importantes. Eu acho que é importante a gente falar sobre isso, para além das oficinas e do Educa Mais e de projetos que a gente vem tratando com a Secretaria da Educação.

A diretora-geral da Fundação Cultural do Estado já esteve em reunião com a secretária Rowenna e com o secretário Bruno Monteiro, falando sobre de que forma nós, enquanto Secretaria de Cultura do Estado, juntamente com a Fundação Cultural do Estado e o Centro de Formação e Artes, que é um centro de referência, podemos estar trabalhando na capacitação e na profissionalização desses agentes que vão atuar nas escolas.

E, para além disso, nós temos as companhias independentes de dança. E é preciso falar sobre isso para que a gente não fique sempre voltando para o início, pensando

apenas nas oficinas de dança que vão acontecer dentro das escolas. A gente tem companhias de dança que precisam continuar com os seus trabalhos.

Recentemente tivemos o fomento da Lei Paulo Gustavo, que é um instrumento de fomento federal, e a gente pôde minimamente viajar pelo interior, dialogar com alguns artistas do interior. Nós temos 417 municípios, e eu, enquanto artista do interior, me sinto na obrigação de caminhar pelos municípios para conversar com esses artistas.

Tem pessoas que fazem dança e que não sabem ainda que fazem dança. Tem artistas jovens que não se entendem ainda enquanto artistas, e isso é preocupante, porque eles dedicam tempo, levam para a cena um produto, tem um trabalho, tem um investimento e a gente precisa entender que isso também é possível de gerar economia.

Se hoje eu estou aqui, e, para mim, é um motivo de honra estar neste lugar, é muito por um sonho ainda de criança, mas de muita luta. Eu ainda sou estudante, estou como aluno do curso de pós-graduação em dança na Universidade Federal da Bahia, no curso de doutorado, e ainda lá a gente discute sobre o que a gente está fazendo ali, porque enquanto estamos ali nos formando, enquanto doutores da dança, perguntamos: o que está acontecendo lá na ponta? O que a gente tem feito para que esses estudos acadêmicos, para que toda essa produção acadêmica, dê suporte para as pessoas que estão iniciando em dança e para as companhias que estão atuando com a dança.

Então, a Secretaria de Cultura do Estado se compromete com a retomada dos colegiados setoriais e com projetos estruturantes, a exemplo do Quarta que Dança, que também teve a sua interrupção há pouco mais de 10 anos, se não me falha a memória.

Então, são projetos importantes que a gente precisa entender, porque ampliam a discussão sobre a dança no estado, que faz com que os artistas circulem entre as cidades, entre os territórios, para que a gente também não fique na nossa bolha, discutindo apenas as nossas questões.

Então, nesta manhã, eu quero agradecer pelas presenças, a todos vocês que estão aqui. Seria muito bacana se nós tivéssemos mais pessoas, mas a gente não pode deixar, também, de fazer. É preciso estar nesses lugares, é preciso ocupar esses espaços e é preciso se fortalecer. Espero que no próximo ano estejamos aqui novamente. Eu estive aqui em algumas edições, acompanhando os alunos da Escola de Dança da Funceb, enquanto coordenador dos cursos da escola, e para mim foi um motivo de honra neste ano me deparar com a retomada dessa programação. Espero que a gente possa dialogar e me coloco à disposição, enquanto coordenador de Dança, para também estarmos sempre discutindo.

No ano passado tivemos um diálogo setorial com os artistas da dança, foi algo muito rápido, porque a gestão nova tinha acabado de chegar, e a gente se comprometeu a manter um diálogo e a manter uma agenda de reuniões. Isso ainda não foi possível porque, quem trabalha na gestão pública sabe como, a gente é atropelado o tempo inteiro por outras agendas, mas a gente precisa retomar isso. Eu acredito que a retomada dos colegiados setoriais vai garantir essa agenda e vai garantir esse diálogo com a continuidade. E a gente espera, Ananias, que esse plano seja aprovado muito em breve e que a gente consiga discutir a atualização desse plano. E é isso.

Muito obrigado. Desejo a todos um bom dia, e sigo à disposição. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Obrigado, Leo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Agora, nós vamos para o encerramento, mas antes, nós gostaríamos de agradecer a uma pessoa aqui – Néa, eu queria que você se levantasse aí – porque durante todo o processo de organização dessa mostra, dessas 11 edições, uma delas foi lá na Câmara, foi Néa quem ficou ali nos bastidores, articulando tudo isso aí. Então, a gente tem que lhe agradecer. E que no próximo ano você consolide essa relação com a Secretaria da Educação para garantir isso. (Palmas)

Então, muito obrigado, Néa. Quero agradecer também a Bete Wagner, que é dançarina e que organiza isso. (Palmas)

Agora, nós vamos ouvir o Hino da Bahia.

(Procede-se à execução do Hino da Bahia.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço as presenças de todos; das autoridades civis; da imprensa; do Cerimonial, em nome de Ritinha.

Declaro encerrada a presente sessão.

Viva a dança! (Palmas.)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.